

-----**ATA N.º 6/2012**-----

-----Aos 3 dias do mês de outubro de 2012, pelas 20:30h, no Salão Nobre dos Paços do Município de Celorico da Beira, reuniu extraordinariamente a Assembleia Municipal, sob a presidência da Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Ana Isabel Lucas Cabral Janelas. -----

-----**Efetuada a chamada compareceram a esta reunião os seguintes membros:** -----

- José Albano Pereira Marques;-----
- Rui Manuel Peão Casaca;-----
- Armando Jorge Gonçalves Almeida Neves;-----
- António Manuel dos Reis Álvaro;-----
- Carla Manuela Rodrigues Duarte Cruz;-----
- Albino Freire Bárbara;-----
- Luís Carlos Fernandes Santos;-----
- António Júlio da Silva Veiga Simão;-----
- Luís Manuel do Nascimento Saraiva;-----
- Henrique Gonçalves de Albuquerque Alves;-----
- António Rego Rodrigues Veloso;-----
- Isabel Cristina Lopes Andrade;-----
- Frederico Manuel Martins Sena;-----
- António José Achando da Fonseca;-----
- Ana Isabel Lopes Correia;-----
- Júlio dos Santos Ambrósio;-----
- Horácio Monteiro Antunes;-----
- Carlos Abel Gonçalves da Silva Patrocínio, Presidente da Junta de Freguesia de Açores;-----
- Armando Augusto, Presidente da Junta de Freguesia de Baraçal;-----
- Joaquim Pires Diogo, Presidente da Junta de Freguesia de Cadafaz;-----
- Davide Lopes Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Carrapichana;-----
- Júlio Cruz, Presidente da Junta de Freguesia de Casas de Soeiro;-----

-----António Carlos Nunes Gomes, Presidente da Junta de Freguesia de Cortiçô da Serra;-----
-----Berta Isabel Bernardo, Secretária da Junta de Freguesia de Fornotelheiro, em substituição do Senhor José Jorge da Silva;-----
-----Joaquim Fernando Costa Monteiro, Presidente da Junta de Freguesia de Lageosa do Mondego;-----
-----Fernando Cardoso Gonçalves, Tesoureiro da Junta de Freguesia de Linhares da Beira, em substituição do Senhor Paulo Sérgio da Silva Mimoso;-----
-----João da Silva Cardoso, Presidente da Junta de Freguesia de Mesquitela;-----
-----José Francisco Gomes, Presidente da Junta de Freguesia de Minhocal;-----
-----Porfírio Miguel da Fonseca Galante, Presidente da Junta de Freguesia de Prados;-----
-----António da Fonseca Ascensão, Presidente da Junta de Freguesia de Rapa;-----
-----Natália Batista Nobre, Presidente da Junta de Freguesia de Ratoeira;
-----Carlos Manuel Morais Santos, Secretário da Junta de Freguesia de Salgueirais, em substituição do Senhor Luís Filipe da Fonseca;-----
-----Sandra Cristina Correia Venâncio de Abreu, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria;-----
-----José Rocha Gonçalves, Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro;-----
-----Alexandrino Manuel Pereira Ferreira da Silva e Faria, Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Azares;-----
-----Carlos Manuel Afonso Dias, Secretário da Junta de Freguesia de Velosa, em substituição do Senhor Carlos José Osório Gonçalves;-----
-----António Manuel Morgado Rodrigues, Presidente da Junta de Freguesia de Vide-Entre-Vinhas;-----

-----César Ferrinho de Olival, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Boa do Mondego.-----

-----**Faltaram a esta sessão e não justificaram atempadamente a sua ausência, os seguintes membros:**-----

-----Diana Patrícia Duarte Seco;-----

-----Vera Lúcia Proença Henriques;-----

-----Diogo Afonso de Belfort Cerqueira Pereira Henriques;-----

-----Ricardo Jorge Patrício Martins;-----

-----Nuno Miguel Rodrigues Nascimento;-----

-----Daniel Cadete Antunes, Presidente da Junta de Freguesia de Maçal do Chão.-----

-----Estiveram presentes, todos os membros do Executivo, à exceção do Senhor Vereador João Duarte.-----

-----Verificada a existência de quórum para funcionamento da Assembleia Municipal, a Senhora Presidente da Assembleia, secretariada pelos Senhores Deputados, António Manuel dos Reis Álvaro e Horácio Monteiro Antunes, na qualidade de primeiro e segundo secretários respectivamente, declarou aberta a sessão.-----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----O Senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Azares** apresentou um voto de pesar pelo falecimento do Senhor Adelino Augusto Antunes, pai do Senhor Presidente de Junta de Freguesia do Maçal do Chão.-----

-----A Senhora **Presidente da Assembleia** depois de ter sido aceite por unanimidade, o voto de pesar, deu cumprimento a um minuto de silêncio,

por parte de todos os presentes, em memória do Senhor Adelino Augusto Antunes.-----

-----1. **DECLARAÇÃO DE SITUAÇÃO DE DESEQUILÍBRIO FINANCEIRO ESTRUTURAL DO MUNICÍPIO DE CELORICO DA BEIRA--**

-----No seguimento do disposto no n.º 2, do art.º 41.º, da Lei n.º 2/2007, de 15/1 e nos termos do n.º 1, do art.º 8.º, do Decreto-Lei n.º 38/2008, de 7/3, o Município de Celorico da Beira encontra-se em situação de desequilíbrio financeiro estrutural, pelo que, sob proposta da Câmara Municipal a Assembleia Municipal deverá declarar a situação de desequilíbrio financeiro estrutural do Município de Celorico da Beira, documento que se anexa a esta ata (**anexo I**).-----

-----Para apresentação do assunto, foi autorizada a presença do Dr. Martins da Cunha, ROC da empresa responsável pelo estudo de reequilíbrio financeiro do Município.-----

-----A Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Dr. Martins da Cunha, que começou por dizer que a Lei das Finanças Locais em conjunto com o Decreto-lei n.º 38/2008, 7/3, indicam os requisitos para ser declarado o desequilíbrio financeiro estrutural, quer seja por iniciativa do município ou pelo governo (DGAL). Da análise desses requisitos e de acordo com o último balanço aprovado e do SIAAL, o Município de Celorico da Beira encontra-se em situação de desequilíbrio financeiro estrutural, a qual é passível de ser resolvida por recurso ao Programa I, do Programa de Apoio à Economia Local (PAEL) e a um empréstimo ou empréstimos de reequilíbrio financeiro ao abrigo do artigo 41.º, da Lei 2/2007, de 15/1, com o objetivo último de consolidação de passivos financeiros.-----

-----Nesta sequência, o Município iniciou a elaboração de um plano de reequilíbrio financeiro, que terá que necessariamente acompanhar a declaração de situação de desequilíbrio financeiro estrutural do município.--

-----Relativamente à situação de desequilíbrio financeiro estrutural informou que, existem duas possibilidades, para o caso de Celorico da Beira, uma vez que preenche os requisitos:-----

-----Ser declarado por iniciativa do Município, ou através de despacho conjunto dos membros do governo que tutelam esta área, após comunicação da DGAL.-----

-----Referiu que o PAEL tem a vantagem de apresentar uma taxa de juro vantajosa (3,65%), comparativamente com a praticada pelo mercado financeiro. O prazo dos empréstimos é de 20 anos e o valor de juros estimados pressupõe o pagamento do empréstimo a 20 anos, com carência de reembolso de capital até janeiro de 2014, no caso do empréstimo de reequilíbrio e, sem qualquer diferimento, para o empréstimo do PAEL.-----

-----Mencionou que o recurso a este programa permite libertar meios que ficam disponíveis para investimento.-----

-----Referiu que houve alguma pressa por parte do governo em publicar a portaria que regulamenta o PAEL, dando um prazo muito curto (15 dias), para os Municípios apresentarem as candidaturas na DGAL. Daí a necessidade de se fazer esta reunião extraordinária.-----

-----Relativamente às taxas a aplicar esclareceu não haverá qualquer alteração, uma vez que a autarquia já estava a aplicar as taxas máximas, que irão ser mantidas.-----

-----Relativamente aos recursos humanos, terão que ser reduzidos custos com o pessoal, que será feito nos moldes estipulados no plano, mas não se prevê o recurso ao despedimento, até porque, não existe qualquer enquadramento legal que o permita.-----

-----Mencionou que será um erro grave para a autarquia e conseqüentemente para a EMCEL não recorrer ao PAEL e reequilíbrio financeiro. Referiu que quanto mais dilatado for o prazo de pagamento maior será a possibilidade de investimento para a autarquia.-----

-----Referiu que este município apostou no lançamento de obras, para aproveitar as candidaturas ao QREN o que provocou um aumento da

despesa. Foi uma boa estratégia, porque a obra foi lançada e terá que ser concluída, uma vez que no futuro dificilmente conseguirão fazer obras. -----

-----É da opinião que a atual situação financeira do Município de Celorico da Beira apenas terá resolução, mediante a adoção de um plano de reequilíbrio financeiro, onde terão que ser mantidos procedimentos rigorosos relativos aos prazos de pagamento dos novos fornecedores evitando a mora e os encargos associados, que em exercícios anteriores estrangularam a tesouraria do Município. -----

-----Informou que para a vigência do Plano de Reequilíbrio Financeiro o prazo de pagamento não poderá ser superior a 60 dias.-----

-----Referiu que está subjacente a este programa, não haver por parte da autarquia qualquer aumento da dívida, situação que também já está acautelada pela Lei dos Compromissos. -----

-----Esclareceu que o não cumprimento desta lei poderá ter consequências graves, não só para o município, como também para o Executivo, uma vez que passa a haver responsabilidade jurídica, caso assumam uma dívida que a autarquia não tenha condições para pagar, será o elemento do Executivo que a autorizou, a ser responsável pelo seu pagamento.-----

-----A Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra aos Senhores Deputados para poderem fazer questões ao ROC responsável pelo estudo. -----

-----O Senhor **Deputado Veiga Simão** começou por questionar se o PAEL propõe um prazo de pagamento de 20 ou de 14 anos. -----

-----Referiu que o plano não prevê despedimentos, no entanto o orçamento de estado fala numa redução de 2%, colocando a questão se existe uma previsão de funcionários que possam sair da autarquia durante os próximos 3 a 5 anos de forma a cumprirem esta exigência.-----

-----Relativamente às candidaturas ao QREN questionou se o Município de Celorico da Beira reúne condições para aceder à bolsa de mérito. -----

-----Por último, pretendeu ainda saber dos 7,5 milhões do PAEL, qual o montante que vai ser injetado na economia local, designadamente nas IPSS's, bem como se o Município tem alguma garantia na aprovação deste montante. -----

-----Respondendo às questões, o ROC começou por esclarecer que o Município de Celorico da Beira enquadra-se no Programa I (reequilíbrio financeiro), com um período de 20 anos e uma taxa de juro de 3,65%. -----

-----Relativamente aos credores informou que os pagamentos serão feitos por ordem cronológica e as IPSS's desde que estejam inscritas no plano serão abrangidas pelo mesmo. -----

-----Relativamente aos Recursos Humanos o Senhor **Presidente da Câmara** informou que houve uma redução de 26%, esta redução foi superior ao exigido em orçamento de estado mas o excesso não pode transitar para o ano seguinte. No entanto, prevê-se que possa haver uma diminuição através de cessação de contratos e aposentações, estando assegurado para este ano, e o próximo, o cumprimento, desse requisito. ----

-----No que concerne à bolsa de mérito esclareceu que todos os projetos têm neste momento uma taxa de execução superior a 50%. -----

-----Relativamente ao empréstimo de 7,5 milhões de euros informou que esse é o montante que está inscrito na DGAL. -----

-----A Senhora **Deputada Isabel Andrade** começou por questionar sobre quais as condições do empréstimo do reequilíbrio financeiro e se já existe alguma instituição financeira a quem contratualizar o empréstimo. Pretendeu ainda saber se a Câmara fez algum estudo de forma a conseguir cumprir o compromisso assumido, uma vez que o incumprimento é bastante penalizador para o Município. -----

-----O Dr. Martins da Cunha informou que o empréstimo de reequilíbrio é um empréstimo que tem por finalidade a reprogramação da dívida e a consolidação de passivos financeiros, com um prazo de 20 anos, um período de carência de reembolso de capital até janeiro de 2014, uma taxa de juro variável, relativa à Euribor a 6 meses. -----

-----Informou que o PAEL vai permitir substituir e liquidar dívida, diminuindo o montante que terá que ser assegurado pelo empréstimo de reequilíbrio. -----

-----No que concerne aos financiamentos a autarquia está a trabalhar nesse sentido, tendo já havido reuniões com algumas instituições bancárias, com esse propósito. -----

-----Relativamente às garantias de cumprimento, informou que essa garantia está na própria lei, disse que o plano de ajustamento financeiro vai ser monitorizado pelo Tribunal de Contas, DGE e DGAL, pelo que, terão que ser cumpridas escrupulosamente todas as obrigações constantes do mesmo. -----

-----No uso da palavra e depois de autorizado pelo Senhor Presidente da Câmara o Senhor **Vereador António Silva** começou por dizer que o Município apresenta uma situação de desequilíbrio financeiro estrutural, situação que se faz sentir desde 2005, conforme sempre mencionou desde então em todas as assembleias, preenchendo, desde essa altura, os requisitos. No entanto, face à atual conjuntura conclui-se que ter determinado o reequilíbrio financeiro da autarquia nessa data teria sido desastroso, uma vez que havia dívida por registar, que não era conhecida por este Executivo. -----

-----Referiu que houve muitas autarquias que decretaram situação de saneamento e que hoje se veem perante uma situação de reequilíbrio, outras, que tiveram que fazer planos de ajustamento, e que poderão ser penalizadas porque não podem aceder ao PAEL. A autarquia de Celorico

da Beira foi trabalhando e depois de ter o estudo preliminar do reequilíbrio, constataram que os bancos dificultavam o acesso aos empréstimos às autarquias, o plano foi sofrendo adaptações, até que surgiu a Lei dos Compromissos que é altamente penalizadora para as instituições de direito público, dada as dificuldades de tesouraria criadas, mas acaba por travar a assunção de compromissos. Esta situação levou que o governo procura-se soluções para financiar as autarquias, surgindo o PAEL, que financia com taxas bonificadas.-----

-----Referiu que neste momento estão a ser apresentadas duas formas de pagamento de dívida, o PAEL e o reequilíbrio financeiro que irá permitir reorganizar o passivo da autarquia. Mencionou ainda a situação da EMCEL que apesar de ter vindo a reduzir a subsídio dependência de 900 mil euros em 2005 para 450 mil euros, e apresentar uma recuperação financeira, desde 2006, com resultados positivos, tem dívida acumulada, que só conseguirá sanar através da sua inclusão no plano de reequilíbrio. -----

-----Disse que o endividamento disparou em 2010 por causa da dívida da habitação social, a qual tinha fonte de financiamento e que a tutela acabou por retirar. Situação que ficou da inteira responsabilidade da autarquia e que não pode ser protelada, sob pena de a empresa agir judicialmente sobre a autarquia. Mencionou que caso essa dívida não estivesse registada no passivo da autarquia, haveria uma evolução muito positiva dos resultados. -----

-----Mencionou várias situações que herdaram de gestões de anteriores Executivos e que contribuíram para o atual cenário de desequilíbrio financeiro. Mencionou o contrato com as AdZC que é desastroso para esta autarquia e nunca deveria ter sido assinado, referindo que o Município de Celorico da Beira já amortizou dívida num montante de 1.406.646,48€. -----

-----Mencionou que a dívida em 2005 era de 18.587.000€. -----

-----Disse que a dívida é histórica, havia dívida de 2000 a 2005 por registar, num montante de 3.044.820,43€, tendo sido registada em 2006

872.235,34€, em 2007 12.586,17€, em 2008 204.283,07€, em 2009 196.112,16€, em 2010 183.672,69€ e em 2011 1.575.931€. -----

-----Referiu que a variante foi feita sem qualquer fonte de financiamento e a autarquia teve que assumir um montante de 5 milhões de euros, cujo visto do Tribunal de Contas foi chumbado, mas à revelia desse chumbo a dívida foi negociada com a Caixa Geral de Depósitos, que passou a custar aos cofres da autarquia a quantia de 35/40 mil euros, por mês. Gerir esta e todas as outras situações, tem sido um verdadeiro exercício de sobrevivência para este Executivo. -----

-----No uso da palavra o Senhor **Deputado Armando Neves** referiu que não concorda com a forma como está feita a ordem de trabalhos, agregando o plano de reequilíbrio à declaração de desequilíbrio estrutural, porque, segundo o Senhor Deputado, poderão constatar e concordar que de facto o Município está em situação de desequilíbrio estrutural, mas não concordarem com o plano apresentado. É da opinião que os pontos deveriam estar separados. -----

-----A Senhora **Deputada Isabel Andrade** referiu que a informação técnica refere os anexos do PAEL e o parecer do ROC e nenhum destes documentos estava na documentação enviada aos deputados. -----

-----O Senhor **Deputado Henrique Alves** pretendeu saber o porquê de serem dois empréstimos. -----

-----Mencionou ainda que se até agora deixaram dívida em atraso, como vão fazer para o futuro, uma vez que a receita corrente terá que superar a despesa corrente. Questionou se foi feito algum estudo demográfico da população para 2032. -----

-----Segundo o ROC, Dr. Martins da Cunha, o PAEL tem regras que têm que ser cumpridas e uma delas é fazer-se acompanhar de um plano de ajustamento financeiro, que no caso concreto é o plano de reequilíbrio. -----

-----Relativamente aos empréstimos informou que o empréstimo relativo ao reequilíbrio voltará à assembleia municipal para aprovação final, uma vez que hoje apenas estão a autorizar a sua contratualização, a adjudicação e respetivas condições terão que ser votadas neste órgão. -----

-----Relativamente à questão da Senhora Deputada Isabel Andrade esclareceu que os anexos são os quadros da DGAL, cujos formulários tinham erros e por isso não foram disponibilizados. Mas tanto os formulários como o parecer estão na posse da Senhora Presidente da Assembleia, para consulta.-----

-----Em resposta ao Senhor Deputado Henrique Alves esclareceu que se trata de dois empréstimos, um do PAEL de aproximadamente 7,5 milhões de euros e outro do reequilíbrio, no montante que se estima de 17.5 milhões de euros. -----

-----Referiu que a as receitas do município são essencialmente as que veem do estado, através das transferências correntes (FEF) e a cobrança de IMI. O exercício que o Executivo vai ser obrigado a fazer é controlar despesa face à receita que projeta no plano de ajustamento. Informou ainda que com a apresentação do plano de reequilíbrio financeiro tem sido entendimento da DGAL, não haver retenções do FEF.-----

-----O Senhor **Deputado Armando Neves** começou por agradecer os esclarecimentos do Dr. Martins da Cunha e pediu desculpa aos presentes por não estar preparado para fazer uma análise profunda deste assunto. ----

-----Reiterou o que tinha dito na última sessão da Assembleia, que estas duas sessões são de suma importância para o concelho, em termos de reorganização de território e de gestão financeira. -----

-----Relativamente ao plano de reequilíbrio referiu que sempre foi assumido pelo Executivo que haveria uma participação dos membros da

assembleia, de forma a terem uma visão mais detalhada do documento, até porque se trata de uma área muito específica e que não é dominada pela maioria dos presentes. No entanto, o documento é apresentado nesta sessão sem qualquer preparação prévia, por parte dos deputados, sob o argumento de que a publicação da portaria que regulamenta o PAEL, saiu em cima da hora, não dando tempo para se cumprir essa promessa. Esclareceu que o plano de reequilíbrio já estava a ser elaborado antes do PAEL e certamente já teriam um estudo preliminar que pudesse ser consultado e analisado. -----

-----Mencionou ainda que as previsões deste Executivo não são fidedignas e exemplo disso são as declarações do Senhor Vereador António Silva, na ata n.º 8/2008, do Executivo Municipal, que citou *“Por último, referiu que a manter-se este quadro de gestão e com uma forte contenção na despesa, talvez 2012 ou 2015 seja um horizonte de tranquilidade nesta autarquia”*. -----

-----Segundo o declarado a autarquia deveria estar perante outro cenário e não ter de recorrer ao PAEL e a empréstimos de reequilíbrio financeiro, mas a forma como este assunto está a ser apresentado até parece que o PAEL é uma benesse para a autarquia. -----

-----Referiu que se esqueceram que em 2008 a autarquia recorreu ao PREDE, mas o prazo médio de pagamento aos fornecedores continuou a aumentar. -----

-----Referiu-se aos dados apresentados que dão a entender que a dívida foi da responsabilidade de anteriores Executivos. Mencionou se o aumento de Recursos Humanos também foi da responsabilidade de anteriores Executivos. Referiu que houve Executivos anteriores que praticaram alguns maus atos de gestão, mas o atual Executivo, em termos de controlo da despesa esteve bem em 2005 e 2006, nos anos seguintes fez o mesmo, geriu mal.-----

-----Referindo-se em concreto ao plano de ajustamento financeiro que está em análise disse que o estudo foi dado a executar a uma empresa e a

visão é técnica, mas era importante que tivesse havido uma supervisão do poder político, porque as medidas vão mexer com funcionários, idosos, crianças, munícipes em geral e o Executivo tinha a obrigação de determinar estratégias e linhas orientadoras para os técnicos elaborarem o documento.

-----No que diz respeito aos empréstimos referiu que se emprestarem os 25 milhões de euros, em 20 anos a autarquia vai pagar 33 milhões de euros de juros, o que para qualquer leigo não é difícil concluir que será quase impossível a autarquia cumprir esse compromisso. Sendo a maior fonte de receita o FEF (441 mil euros), se lhe subtrairmos as despesas com o empréstimo do reequilíbrio (180 mil euros) e as despesas com pessoal (200 mil euros) sobram 61 mil euros por mês, para fazer face a todas as outras despesas.-----

-----Referiu que, se a autarquia chegar a esta situação entra em incumprimento, o que irá obrigar a cortes na despesa e, neste documento, não está tipificada qualquer medida de autocontrolo, nem tão pouco está a garantia de que nunca irão reduzir despesa corrente à custa de despedimentos.-----

-----Relativamente à EMCEL também é da opinião que deverá ser estudado uma alternativa, mas preservando o emprego das pessoas.-----

-----O Senhor **Deputado Albino Bárbara** começou por dizer que esta é a sessão mais importante que estão a travar até ao momento, porque daqui para o futuro estão a definir ou a hipotecar o futuro do concelho para os próximos 20 anos.-----

-----Relativamente ao plano de reequilíbrio disse que era da opinião que estrategicamente estava mal concebido, não teve a colaboração desta assembleia e da população, que foi uma promessa do Executivo.-----

-----Disse que, para além das despesas que vão ter que arcar com os empréstimos, mensalmente, ainda têm que pagar despesas correntes, como é o caso do Pessoal, a questão que se impõe é, como vão conseguir gerir a autarquia e continuar a prestar serviços à população.-----

-----É da opinião que aprovar o desequilíbrio financeiro é dar um tiro no pé, é estar a assumir que foram incompetentes e que não souberam gerir a autarquia. -----

-----Concorda que estes resultados não são da exclusiva responsabilidade deste Executivo, que houve Executivos anteriores que contribuíram fortemente para a situação financeira da autarquia. É da opinião que a situação de desequilíbrio deveria ser decretada pelo governo, recusa-se a votar este plano e a ser o “carrasco” deste concelho, até porque desengane-se quem pensa que a execução deste plano de reequilíbrio não tem como consequência final o despedimento de pessoal. -----

-----Por último, frisou que esta é uma questão iminentemente política, disse que, se este plano tivesse sido acompanhado pelos membros desta assembleia, certamente teria sido um plano consensual. Da forma como está a ser apresentado parece que estão a colocar os deputados entre a “espada e a parede”, situação que não pode tolerar. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** deu a palavra do Senhor Vereador José Luís Cabral para prestar esclarecimentos.-----

-----O Senhor **Vereador José Luís Cabral** começou por dizer que das palavras dos Senhores Deputados parece que o Executivo fez um plano de reequilíbrio para despedir funcionários.-----

-----Disse que a Lei dos Compromissos chegou muito tarde, porque se tivesse sido aplicada há 10 ou 12 anos não estariam aqui a propor a aprovação deste plano, porque os Executivos teriam sido responsabilizados pelos atos de má gestão que praticaram. Referiu que este Executivo não está a apresentar este plano de ânimo leve, houve um culminar de situações que levaram à tomada desta posição, o contrato com as AdZC, a dívida ao Manuel Rodrigues Gouveia, a Biblioteca Municipal que não tinha financiamento, a dívida à EDP, entre tantas outras situações que este Executivo teve que solucionar. -----

-----Disse que se são os “coveiros do Concelho”, antes deles houve outros; referiu que se um Executivo é sério e honesto regista a dívida, e não foi isso que encontraram nesta autarquia. Relativamente a este assunto referiu-se à ata de Câmara do dia 21/12/2005 onde foi deliberado remeter as faturas sem o devido procedimento para o Ministério Público e IGAT. Esta situação também foi exposta à DGAL e está refletida no plano de reequilíbrio.-----

-----Disse que quando tomaram posse a intenção foi fazer o melhor pelo Concelho, são pessoas idóneas e responsáveis e se estão a tomar esta medida, foi porque ficaram sem alternativas, foram empurrados para esta situação, por força da conjuntura financeira da autarquia.-----

-----O Senhor **Deputado António Fonseca** começou por dizer que este Executivo ganhou as eleições em 2005, a população quando votou no PS quis alterar o que vinha do passado.-----

-----Disse que o Senhor Vice-Presidente referiu que a Câmara pediu uma auditoria sobre alguns aspetos que encontraram na autarquia e que nada foi feito. Frisou que nessa altura o governo era PS e continuou a ser ainda durante mais alguns anos, mas este Executivo não soube usar isso a favor do concelho de Celorico da Beira, o que não deixa de revelar alguma incompetência.-----

-----Disse que só falam do passado, parece que se estão a esquecer do presente e do futuro, esqueceram-se que o Tribunal de Contas não homologou as contas do exercício de 2009, que têm a obra da biblioteca parada, cujo equipamento foi adquirido e não está na posse da autarquia. Disse que o comércio local está a desaparecer e os comerciantes queixam-se que Celorico nunca esteve tão mal como agora.-----

-----Questionou, se o parque industrial fosse concluído hoje, quantas empresas preveem que se irão instalar nos próximos 10 anos que justifiquem o investimento que ali vai ser feito.-----

-----Relativamente à questão da água e saneamento referiu que é do conhecimento de todos a qualidade do serviço prestado; há esgotos a céu aberto; os celoricenses estão a pagar saneamento e não dispõem desse serviço. -----

-----Disse que pagas as despesas a autarquia fica com 60 mil euros, por mês, perguntou aos Presidentes de Junta se têm investimentos garantidos para as suas freguesias, porque a partir deste momento deixarão de ter qualquer possibilidade de negociação com o Executivo.-----

-----Frisou que não houve um único Executivo que tivesse privado os Celoricenses de usufruírem das piscinas municipais, no entanto, este Executivo mantém-nas fechadas há meses. Disse que não há cinema, não há biblioteca, não há apoio à prática desportiva, não há parque escolar, a escola Sacadura Cabral está em condições deploráveis. Referiu que as pessoas foram eleitas e têm de lutar pelo seu concelho, não tem de estar de acordo com o governo PS ou PSD tem é que lutar por Celorico da Beira. ----

-----Em resposta e depois de autorizado pelo Senhor Presidente, o Senhor **Vereador José Luís Cabral** começou por dizer que de facto a educação poderia estar melhor em Celorico da Beira. Quando apresentaram uma proposta para a requalificação da Escola C+S, no valor de aproximadamente 10 milhões de euros, estava tudo assegurado, no entanto o atual governo não avançou com o projeto. Ou seja, aquilo que conseguiram reivindicar e que estava assegurado foi retirado sem qualquer justificação. -----

-----Relativamente às piscinas informou que irão reabrir em breve. Informou que a prática desportiva em Celorico nunca acabou, a autarquia continua a apoiar o karaté, andebol, escolinhas de futebol e basquetebol. ---

-----O Senhor **Deputado José Albano** começou por dizer que discorda da forma como apresentaram este documento e dos métodos usados, mas que reconhecia que houve boa vontade por parte do Executivo, para

clarificar alguns dados numa sessão de esclarecimento realizada antes desta assembleia.-----

-----Referiu que este plano traz fortes penalizações, fruto de uma gestão ruínosa desta Câmara, por parte de vários Executivos. Mencionou que, em 2005 apoiou um Executivo que cortasse com o passado e esse Executivo durante dois anos e meio pagou dívida e promoveu uma política financeira de controlo. Mas, quem votou neste Executivo acreditou no seu programa eleitoral, tendo a obrigação de o colocar em prática e fazerem algumas das coisas que tinham prometido, o seu mandato não se podia resumir a pagar dívidas e resolver más gestões praticadas por outros. -----

-----Referiu que há um problema de herança de más atos de gestão e muitas Câmaras estão a pagar agora essa fatura. Disse que a autarquia de Celorico tem alguns casos muito penalizadores; o contrato com as AdZC, a habitação social e a variante são talvez os mais evidentes.-----

-----Disse que seria uma irresponsabilidade da sua parte chegar a esta assembleia e dizer que, pelo facto de o Executivo não ter esclarecido atempadamente a população sobre as medidas que vai tomar, se absteria de votar o plano de reequilíbrio financeiro. Mas, existe a responsabilidade de dizer e esclarecer que o montante desta dívida não é da total responsabilidade deste Executivo. -----

-----Disse que o PAEL é uma rasteira do governo PSD, é uma forma de encostar as Câmara Municipais à parede, obrigando-as a aceitar uma medida sem tempo para refletir sobre o assunto, mas, é a única solução que o governo apresenta para resolver a situação do passivo das autarquias. -----

-----Relativamente aos recursos humanos disse que não é o PAEL que obriga a reduzir custos com o Pessoal em 2 ou 3%, mas sim o orçamento de estado. Disse que defende os funcionários desta autarquia, foi o primeiro a criticar este Executivo quando despediu pessoas que asseguravam serviços, que agora estão encerrados. Disse que não há ninguém na sua bancada que aprove um plano de reequilíbrio à custa de despedimentos.

Frisou que é importante que se perceba que quem está a impor demissão de funcionários é o governo.-----

-----Disse que este programa permite que seja injetado dinheiro na economia local, permitindo novos investimentos e se o Executivo não o fizesse estariam a seguir a mesma política do PSD.-----

-----Reiterou que abster-se seria uma opção, porque como líder da bancada não consegue olhar para o documento em análise e dizer se estão perante uma coisa boa ou menos boa. Certo é que a autarquia está em incumprimento e terá que tomar medidas. Dizer que essas medidas passam por despedimento é fazer futurologia, porque segundo o Senhor Presidente em 2012 e 2013 estão acauteladas as percentagens exigidas no orçamento de estado. Mais, foi garantido pelo Executivo que caso venham a aplicar a participação de até 5% nas receitas do IRS, parte dessa receita será para aplicar em projetos de empreendedorismo e de apoio social.-----

-----Por último, disse que o reequilíbrio não é uma situação confortável, certamente se pudessem não o estariam aqui a votar, mas é a solução exigida para garantir o futuro do concelho e pagar anos de desperdício, de milhares de euros deitados fora, em saunas e banhos turcos, em apartamentos e obras feitas sem procedimento. Esta Assembleia vai honrar os devaneios de outros e o PAEL vai pagar os atos irresponsáveis, que dilapidaram o concelho.-----

-----O Senhor **Deputado Armando Neves** começou por dizer que o Senhor Deputado José Albano disse um “nim”, mas compreende que para o PS esta seja uma posição ingrata, dizem que este programa não é bom para o concelho, mas é a única solução.-----

-----Disse que têm de ter consciência que estão a “obrigar” a autarquia a aceitar esta solução, com prazos sem qualquer margem de manobra. Referiu que aquando da adesão à AdZC, todos mostraram receio em assinar o contrato, mas depois colocava-se a questão de que todas as Câmaras iam aceitar e a de Celorico ficava de fora, que as verbas do QCA

só vinham através das AdZC e o contrato acabou por ser assinado. Deu no que deu, revelou-se uma má escolha. Agora, estão a fazer o mesmo, ou seja, não há alternativas, estão a encostar os Executivos à parede e a empurrá-los para esta solução. -----

-----Disse que, segundo o plano apresentado, a taxa de juro do PAEL é de 3,5%, e a do reequilíbrio a 6,5%, referindo que face à atual conjuntura não acredita que haja alguma instituição bancária que empreste dinheiro a esta autarquia. -----

-----Questionou o Senhor Presidente da Câmara sobre se vai haver ou não despedimentos, o que vai acontecer à EMCEL e aos seus funcionários e de que forma vão ser definidos os critérios para eventuais despedimentos.

-----Sensibilizou os presentes para os efeitos que se farão sentir no concelho, se houver despedimentos na autarquia e na EMCEL. Esta medida irá ter reflexos, a vários níveis, inclusive nas projeções que o Executivo apresenta em termos de receitas, no plano de ajustamento financeiro, porque se as pessoas perderem o emprego, de certeza que não ficam em Celorico da Beira. Acresce ainda o facto de a população ir pagar taxas máximas de IMI, provavelmente, irá também sofrer um aumento das tarifas de água e saneamento. O Executivo não tem qualquer estratégia para fixar população e atrair empresários, exemplo dessa atitude é a insistência em construir um Parque Industrial e depois aplicar a derrama na taxa máxima. -

-----Relativamente aos processos de anteriores Executivos, disse que, a quem cabe julgar, em primeiro lugar é o povo que é soberano e depois os tribunais que sentenciam ou arquivam os processos. De facto, houve coisas mal feitas, mas a dívida, não é de todos, nem é nossa, nem vossa, é da Câmara Municipal. -----

-----Por último, apelou a todos os presentes que façam uma reflexão profunda antes de votar, lendo de seguida o ponto 8 do Parecer do Revisor Oficial de Contas sobre o Plano de Ajustamento Financeiro referente ao programa PAEL, que tem o seguinte teor: *“Devemos contudo advertir que frequentemente os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada,*

pelo que os resultados reais poderão vir a ser diferentes dos previstos e as variações poderão ser materialmente relevantes, podendo condicionar a sustentabilidade do Plano”.-----

-----Disse que na sua opinião este plano é irreal e inexecutável, pelo que, em consciência não o irá votar. -----

-----O Senhor **Deputado Horácio Antunes** disse que, do que foi aqui dito, conclui que se calhar o futuro do concelho já está hipotecado, quer votem a favor ou contra, o plano de ajustamento financeiro. Disse que é da opinião que devem votar favoravelmente e pagar as dívidas aos fornecedores, em especial ao pequeno comércio de Celorico da Beira.-----

-----O Senhor **Deputado Veiga Simão** disse que subscrevia as palavras do Deputado Albino Bárbara. Relativamente à argumentação do PS disse que provavelmente iriam ouvir essas mesmas palavras na próxima campanha eleitoral. No entanto, todos terão que tomar uma decisão, seja ela sim, não, ou “nim”. -----

-----Disse que independentemente de não concordar com a urgência da decisão é da opinião de que se não aprovarem este plano de ajustamento, a autarquia irá enfrentar a curto prazo sérias dificuldades financeiras. -----

-----O Senhor **Deputado José Albano** disse que a sua posição foi explicada, o “nim”, fica a dever-se ao facto de não ter a capacidade de prever o futuro para saber o que vai acontecer, o “nim”, nada tem a ver com a decisão que vão tomar. -----

-----Relativamente ao comércio de Celorico da Beira, disse que de facto está a atravessar um mau momento, a aprovação do PAEL poderá ser um balão de oxigénio, para poderem continuar a sua atividade.-----

-----Disse que têm de analisar a realidade tal como ela é, e Celorico da Beira não tem empresas a pagar derrama, as novas empresas que queiram

sediar-se no concelho irão usufruir de infraestruturas (parque industrial), que não existiam. -----

-----Frisou que o que hoje está em cima da mesa é a hipótese de serem os membros desta assembleia a declarar a situação de desequilíbrio financeiro estrutural do Município ou esperar que o governo o venha decretar, impondo outro tipo de medidas. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** disse que para dar cumprimento à Lei das Finanças Locais, os municípios que se encontrem em situação de desequilíbrio financeiro ficam sujeitos a um plano de reestruturação financeira, que em conjunto com o PAEL apresenta-se como a solução que permite a resolução dos compromissos financeiros e a única solução legal para o Município de Celorico.-----

-----No que diz respeito às AdZC disse que o Município, tal como todos os outros que aderiram, estão vinculados a esta empresa por um contrato de concessão, que embora não concordem têm que cumprir. De facto já foi feito algum investimento, mas muito à custa da participação dos utentes através do pagamento de tarifas e taxas. -----

-----Relativamente às taxas reiterou que efetivamente não houve nenhum aumento, mantiveram-se as existentes, com exceção da derrama, mas que no nosso concelho não tem qualquer expressão, uma vez que não existem empresas que tenham volumes de negócio, com lucro tributável que se inclua neste imposto.-----

-----Disse que de facto a obra da biblioteca municipal está parada, porque o Executivo teve a hipótese de transferir esta obra de quadro comunitário, passando do QCA para o QREN, onde terá uma comparticipação de 85%. Relativamente ao material e equipamento, disse que esse assunto já foi discutido em sede de assembleia por diversas vezes, encontrando-se o mesmo em local apropriado e devidamente acautelado.-----

-----Informou que o projeto do Parque Escolar só avançará se a autarquia conseguir uma comparticipação de 85%, caso contrário não irão fazer esse investimento. -----

-----Quanto ao Parque Industrial disse que se trata de uma infraestrutura para o futuro, que irá criar riqueza e postos de trabalho. É da opinião que se trata de uma obra louvável, uma infraestrutura que não existia e que será uma mais-valia para o concelho. -----

-----Por último, felicitou a empresa que elaborou o plano de reequilíbrio pelo trabalho executado e agradeceu a disponibilidade do Dr. Martins da Cunha. -----

-----A Senhora **Deputada Isabel Andrade** começou por dizer que estão a ser colocados entre a espada e a parede, para a aprovação deste plano. No entanto, lembrou que a autarquia há um ano atrás contratou uma empresa para fazer um plano que nunca foi apresentado a este órgão. Agora à pressa apresentam este documento para ser aprovado, sem os deputados terem sido auscultados. -----

-----O Senhor Presidente da **Junta de Freguesia de Vale de Azares** quis saber se existem verbas inscritas no programa para as Juntas de Freguesias, tendo sido informado que o montante para as Juntas de Freguesia está inscrito na rubrica “Transferências”, na tabela 11, página 51 do plano. -----

-----**A Assembleia deliberou por maioria, com trinta e um votos a favor e sete contra, declarar o Município de Celorico da Beira em situação de desequilíbrio financeiro estrutural, nos termos da Lei n.º 2/2007, de 15/1 e do art.º 8.º do Decreto-Lei 38/2008, de 7/3, aprovando o respetivo plano de reequilíbrio financeiro.** -----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**2. AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO AO ABRIGO DA LEI N.º 43/2012, DE 28/8**-----

-----Foi proposto pela Câmara autorização para contratação de um empréstimo ao abrigo da Lei n.º 43/2012, de 28/8.-----

-----**A Assembleia deliberou por maioria, com trinta e um votos a favor e sete contra, autorizar de forma expressa a contratação de um empréstimo de médio e longo prazo ao abrigo da Lei n.º 43/2012, de 28/8, até ao limite máximo da lista dos pagamentos em atraso constantes no quadro VI, do anexo 7, do Plano de Ajustamento, referido no n.º 2, do art.º 5.º da lei n.º 43/2012, conforme o n.º 2 do art.º 7.º da mesma lei.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.*-----

-----**3. AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE REEQUILIBRIO FINANCEIRO, NOS TERMOS DA LEI N.º 2/2007, DE 15/1**-----

-----Foi proposto pela Câmara Municipal autorização para contratação de empréstimos para reequilíbrio financeiro, nos termos da Lei n.º 2/2007, de 15/1.-----

-----Posteriormente, a adjudicação do empréstimo e respetivas condições efetivas terão que ser aprovadas em Assembleia Municipal.-----

-----**A Assembleia deliberou, por maioria, com trinta votos a favor, sete contra e uma abstenção, autorizar de forma expressa a contratação de um ou vários empréstimos de reequilíbrio financeiro de médio e longo prazo, ao abrigo do nº 1 do artigo 40º da Lei 2/2007 de 15 de Janeiro, do valor da diferença entre € 25.000.000 (vinte e cinco milhões de euros) e o empréstimo concedido ao abrigo da Lei 43/2012 acima referido, o qual se estima em 7.500.000€ (sete milhões e quinhentos mil euros), que tem por finalidade reprogramação da**-----

divida e as consolidação de passivos financeiros, com as seguintes condições:-----

-----1. **Montante de Empréstimo:** diferença entre o montante global de 25.000.000€ e o montante contratado no âmbito do PAEL, e que se estima em 17.500.000€ (25.000.000€ totais menos 7.500.000€ de empréstimo PAEL);-----

-----2. **Finalidade:** Empréstimo de Longo Prazo no âmbito do art.º 41º do Decreto-Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro;-----

-----3. **Prazo do Empréstimo:** 20 anos;-----

-----4. **Período de Carência de Reembolso de Capital:** Até Janeiro de 2014;-----

-----5. **Reembolso de Capital/Pagamento de Juros:** Prestações mensais constantes para o período total do empréstimo;-----

-----6. **Taxa de Juro:** Taxa de Juro variável, relativa à Euribor a 6 meses, base 360 dias;-----

-----7. **Comissões:** Não será cobrada qualquer tipo de comissão ou encargos, nomeadamente de gestão, organização, montagem da operação, liquidação antecipada ou pela não utilização do empréstimo.-----

-----8. **Garantias:** De acordo com a legislação em vigor.-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.*-----

-----Foi apresentada pelo Senhor **Deputado Armando Neves** a seguinte declaração de voto:-----

-----“Exma. Senhora-----

-----Presidente da Assembleia Municipal de Celorico da Beira-----

-----Qualquer cidadão mesmo o menos atento perceberá, sem grande esforço, a enorme importância do trabalho desenvolvido pelos órgãos do Poder Local na construção do seu bem-estar e da sua melhor qualidade de vida. Presidentes de Câmaras Municipais e de juntas de freguesia são o expoente máximo da política de proximidade e dos anseios das

populações, e é em prol dos seus legítimos interesses que todos os dias devem tomar medidas e decisões, alavancando o futuro do seu Concelho e dos cidadãos que o habitam. -----

-----Elemento fulcral das políticas de proximidade que permitem estabelecer pontes e plataformas de entendimento entre o Estado e os cidadãos por ele representados, o Poder Local, através das Assembleias Municipais, deve assumir o desafio de defender a todo o custo as suas populações que sofrem com as medidas de austeridade do Governo.-----

-----Em resposta às crescentes limitações, os órgãos do Poder Local devem então recusar baixar os braços e não abdicar da defesa dos interesses daqueles que representam.-----

-----Infelizmente isso acabou agora de acontecer nesta assembleia municipal, com a aprovação do Plano de Reequilíbrio Financeiro e a adesão ao PAEL. Senão vejamos:-----

-----O Presente Plano não é mais que um novo empréstimo. Empréstimo este no valor de 25 milhões de euros e com condições previsivelmente mais gravosas para os Municípios e para o Município que qualquer outro contraído até hoje;-----

-----No momento em que o País e os portugueses estão profundamente indignados, completamente revoltados e traumatizados com as medidas de austeridade impostas pelo Governo a pretexto das orientações Troikianas, eis senão quando os Celoricensenses se deparam com mais um conjunto de medidas não menos austeras da sua Câmara Municipal. É caso para dizer, os Celoricensenses levam do FMI e do BCE, levam do Governo e agora, que estão profundamente fragilizados eis que também a Câmara Municipal decide malhar e de que maneira;-----

-----Vejamos a malhação que a Câmara Municipal, com o seu Plano de Ajustamento Financeiro, quer abater sobre os Celoricensenses:-----

-----a) Elevar ao Máximo os preços cobrados pelo município através da fatura da água. Isto quando já hoje são dezenas e dezenas de

Celoricenses a queixarem-se do elevado custo que pagam pela fatura da água; -----

-----b) Aumentar anualmente a tabela de taxas, no mínimo pelo valor da inflação;-----

-----c) Aumentar o IMI pese embora as reavaliações em curso, o IMT, o IRS a Derrama para a taxa máxima etc, etc, etc; -----

-----d) Eliminar o Investimento;-----

-----e) Eliminar as transferências para as Juntas e Associações entre muitas e muitas outras coisas... -----

-----De facto, o plano apresentado - para além de não participado pelos elementos que legitimamente compõem os órgãos do poder local, conforme promessa deste executivo – contém em si mesmo aspetos preocupantes e absolutamente irrealistas, que assentam num histórico de erros sucessivos de gestão por parte de vários executivos, mas prosseguidos e agravados de forma muito significativa desde 2005 a saber:

-----De 2005 para 2011 a despesa com pessoal subiu 35% - 1.096.000 euros (3.100.000€ em 2005 para 4.200.000 euros em 2011);-----

-----A aquisição de bens e serviços cresceu de 2005 para 2011 cerca de 508.000 euros ou seja mais 37%;-----

-----Segundo o plano - “O pagamento da despesa corrente levanta dificuldades quotidianas na gestão do Município, com especial gravidade para as despesas com pessoal e com a aquisição de bens e serviços que, conjuntamente, cresceram 1,5 milhões de euros entre 2005 e 2010.” – página 23 do plano; -----

-----“A gravidade do desequilíbrio na gestão de tesouraria é claramente demonstrada pela gravosa evolução do prazo médio de pagamentos de 736 dias, o quarto mais elevado do país, com um agravamento de 493 dias desde 31/12/2007 e 275 desde 31/12/2009.” – página 40 do plano.-----

-----O irrealismo do plano em análise considera que as receitas correntes (impostos, taxas e transferências correntes), que em 2011 se cifraram em 6.436.000€ passem no final do período do ajustamento (2032) a ser de

9.418.000€, ou seja, correspondendo a um aumento de cerca de 3.000.000€ (46%); -----

-----Desta forma e considerando que a estimativa de receitas correntes se encontra obviamente empolada e sobreavaliada, facilmente se constata que a autarquia deixará a muito breve prazo de poder cumprir os compromissos bancários que se propõe contrair; -----

-----Este plano de ajustamento financeiro deriva então da incompetência e irresponsabilidade da gestão camarária dos últimos anos, evidenciada no aumento galopante da dívida exigível a fornecedores e outros credores; -----

-----A aprovação deste plano implica o desaparecimento gradual do concelho de Celorico e a manifesta falta da realização de quaisquer investimentos nos próximos anos. Mais grave, atenta contra a manutenção legítima dos postos de trabalho dos funcionários deste Município, com os quais nos solidarizamos; -----

-----Resta-nos aguardar a instalação das 50 empresas, prometidas em época de campanha eleitoral (2005) para que a receita da derrama, imposto que Celorico da Beira vai ter pela primeira vez na sua história, seja algo que orgulhe quem dizia ainda há pouco tempo que a “Câmara já dá lucro”. -----

-----Face a tudo o exposto, o MAJUSP, reitera o seu voto contra a aprovação e implementação deste plano, apelando desde já à comissão de análise do mesmo que o possa indeferir, no sentido de com a participação de todos os agentes do poder local e a comunidade celoricense, possa ser encontrada uma solução que vise o integral cumprimento das responsabilidades financeiras, mas que garanta a manutenção dos postos de trabalho dos funcionários e a autonomia financeira do Município. -----

-----Celorico da Beira, 03 de Outubro de 2012”. -----

-----Os Senhores **Presidentes das Juntas de Freguesia de Vale de Azares e Santa Maria** apresentaram a seguinte declaração de voto que foi subscrita pelo Senhor **Deputado Veiga Simão**: -----

-----“Lamentavelmente a receção tardia dos documentos não nos permitiu analisar o assunto detalhadamente, atendendo que os nossos conhecimentos nesta matéria não são muito profundos. Mas, como estamos aqui para ajudar o Concelho, votamos a favor, para responsabilizar o Executivo a cumprir o que está estipulado no plano de reequilíbrio e comprometer-se que não despede Pessoal, que paga aos comerciantes de Celorico da Beira e que irá fazer investimentos nas Juntas de Freguesias.”-----

-----O Senhor **Deputado Albino Bárbara** apresentou a seguinte declaração de voto:-----

-----“Votei contra este plano, porque foi precipitado e mal concebido, assim como não foi acompanhado pelos membros desta Assembleia e da sociedade civil, que foram completamente esquecidos e desprezados”.-----

-----**Declaração de voto dos deputados da coligação PSD/CDS-PP:**-----

-----“Os Deputados da Coligação PSD/CDS-PP votaram contra os pontos da ordem do dia da reunião extraordinária do dia 3/10/2012, vem pelo presente meio apresenta a sua declaração de voto:-----

-----É colocada a apreciação desta Assembleia, um denominado plano de reequilíbrio financeiro do município, para cuja elaboração não foi pedida nem considerada a opinião desta Assembleia, contrariamente ao que havia sido decidido e estipulado neste seio.-----

-----Um documento com a extrema importância como o que agora é sujeito a votação deveria ter sido elaborado com o contributo de todas as bancadas desta Assembleia, atempadamente e não com a pressa que lha foi incutida, como dos próprios documentos apresentados resulta, o que implicou que nem sequer fossem enviados aos deputados todos os documentos para apreciação.-----

-----Após análise possível dos documentos em referência e, observando a forma como foi conduzido este processo, temos a convicção que o

Executivo da Câmara Municipal de Celorico da Beira tomou esta decisão sem acautelar todos os aspetos negativos que esta medida terá para o Município e aos seus habitantes. -----

-----Estamos convictos de que este Executivo não está em condições de assegurar o cumprimento das medidas e condições contidas no programa a que se candidata.-----

-----Não podemos deixar de alertar para gravosas decisões de corte na despesa corrente, principalmente centrada nos Recursos Humanos desta autarquia, decisões que irão afetar os munícipes e trabalhadores desta Câmara. -----

-----Não podemos aceitar de forma alguma que, devido a uma contígua má gestão por parte deste executivo, se ponha o futuro desta autarquia, do concelho e dos habitantes de Celorico da Beira numa situação de hipoteca permanente nos próximos 20 anos.-----

-----Perante os factos que se deixam expostos, e, devido à complexidade e importância do assunto, que obrigaria e exigiria a uma análise e discussão mais profunda e séria, não estão reunidas as condições para poder em concreto tomar outra decisão que não aquela que constitui o nosso sentido de voto”.-----

-----**INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

-----Nos termos do n.º 1, do art.º 21.º, do Regimento da Assembleia Municipal de Celorico da Beira, procedeu-se à abertura de um período de tempo para “Intervenção do Público”, não tendo havido inscrições. -----

-----Finalizada a ordem de trabalhos e nada mais havendo a tratar, a sessão foi dada por encerrada pela Senhora Presidente da Mesa da Assembleia, eram 1 hora e 40 minutos, da qual se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelos membros da Mesa da Assembleia. -----